



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO - PPGEED**
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

ENILSON MACEDO FERREIRA

AGIR COMUNICATIVO

*Introduzindo Aspectos Didático Pedagógicos na Relação Comunicativa entre
Docentes e Discentes*

**GOIÂNIA
2023**

ENILSON MACEDO FERREIRA

AGIR COMUNICATIVO

*Introduzindo Aspectos Didático Pedagógicos na Relação Comunicativa entre
Docentes e Discentes*

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Área de concentração: Ensino na Educação Básica.

Linha de pesquisa: Concepções teórico-metodológicas e práticas docentes.

Orientador: Prof. Dr. Almiro Schulz.

GOIÂNIA
2023

Ficha catalográfica (Verso da Folha de Rosto) – (Deve ser solicitada pelo SiBi/UFG)

Ata de Defesa da Dissertação e do Produto Educacional (Disponível no Processo do SEI/UFG, aberto por seu/sua orientador/a)

TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL

(De acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE Nº 001/2019)

Desenvolvimento de material didático e instrucional (propostas de ensino tais como sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual tais como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários, relatórios publicizados ou não, parciais ou finais de projetos encomendados sob demanda de órgãos públicos);

Especificação: E-Book.

DIVULGAÇÃO

- Filme
 Hipertexto
 Impresso
 Meio digital
 Meio Magnético
 Outros. Especificar: ____

FINALIDADE PRODUTO EDUCACIONAL

Material instrucional direcionado aos profissionais que lidam com o corpo discente. Serve como guia de orientação e reflexão sobre o uso da comunicação de forma ética e racional.

PÚBLICO ALVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Professores de todas as áreas do ensino de base.

IMPACTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional apresenta:

- Alto impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
 Médio impacto – Produto gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
 Baixo impacto – Produto gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

Área impactada pelo Produto Educacional (marque somente uma alternativa):

- Ensino
 Aprendizagem
 Econômico
 Saúde
 Social
 Ambiental
 Científico

O impacto do Produto Educacional é:

Real - efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade ou que foi aplicado no sistema (instituição, escola, rede, etc.). Isso é, serão avaliadas as mudanças diretamente atribuíveis à aplicação do produto com o público-alvo.

Potencial - efeito ou benefício de uma produção previsto pelos pesquisadores antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado.

O Produto Educacional foi vivenciado (aplicado, testado, desenvolvido, trabalhado) em situação real, seja em ambiente escolar formal ou informal, ou em formação de professores (inicial, continuada, cursos etc.)?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa situação:

O produto educacional foi vivenciado com 20 estudantes, das turmas de Ensino Médio da Escola da Rede Particular de Ensino, intitulada Colégio Santa Clara. A vivência teve duração de 20 horas. O produto educacional também foi aplicado com um grupo de 15 alunos na Universidade Federal de Goiás, na turma de estágio, em forma de curso de aperfeiçoamento, gerando 6 aulas de duração.

REPLICABILIDADE E ABRANGÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que o mesmo foi produzido?

Sim Não

A abrangência territorial do Produto Educacional, que indica uma definição precisa de sua vocação, é

Local Regional Nacional Internacional

COMPLEXIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alta complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o produto com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores - segmentos da sociedade, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do produto.

Média complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade.

Baixa complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade.

Sem complexidade - Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

INOVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui **(marque somente uma alternativa):**

- Alto teor inovativo** - desenvolvimento com base em conhecimento inédito.
- Médio teor inovativo** - combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos.
- Baixo teor inovativo** - adaptação de conhecimento existente.

FOMENTO

Houve fomento para elaboração ou desenvolvimento do Produto Educacional?

- Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo de fomento:

- Programa de Apoio a Produtos e Materiais Educacionais do PPGEEB
- Cooperação com outra instituição
- Outro. Especifique: _____

REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Houve registro de depósito de propriedade intelectual?

- Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo:

- Licença Creative Commons
- Domínio de Internet
- Patente
- Outro. Especifique: _____

Informe o código de registro: _____

TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi transferido e incorporado por outra instituição, organização ou sistema, passando a compor seus recursos didáticos/pedagógicos?

- Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa transferência:

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

<p>O Produto Educacional foi apresentado (relato de experiência, comunicação científica, palestra, mesa redonda, etc.) ou ministrado em forma de oficina, mini-curso, cursos de extensão ou de qualificação etc. em eventos acadêmicos, científicos ou outros?</p> <p style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p>
<p style="text-align: center;">Em caso afirmativo, descreva o evento e a forma de apresentação:</p> <p>Aula expositiva na Universidade Federal de Goiás, no Centro de aulas C, Caraíbas, disciplina Estágio II, do Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de Filosofia no dia 11 de dezembro de 2023, no horário das 08h às 11h. sobre “Pedagogia do Agir Comunicativo” à luz de Habermas.</p>
<p>O Produto Educacional foi publicado em periódicos científicos, anais de evento, livros, capítulos de livros, jornais ou revistas?</p> <p style="text-align: center;">() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p>
<p style="text-align: center;">Em caso afirmativo, escreva a referência completa de cada publicação:</p>

REGISTRO(S) E DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional Registrado na Plataforma EduCAPES com acesso disponível no link: http://XXXXXX
Produto Educacional disponível, como apêndice da Dissertação de Mestrado do qual é fruto, na Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG) (https://repositorio.bc.ufg.br/tede/).
Outras formas de Registro
Outras formas de acesso:

RESUMO

O produto educacional é formado a partir do entendimento sobre a pedagogia do agir comunicativo, que é um campo em desenvolvimento teórico, e com parâmetros epistemológicos, visando o esclarecimento racional dos fundamentos, metodologias e caminhos da intersubjetividade. A partir dos diálogos em classe, verifica-se a necessidade de mecanismos estratégicos que se comunicam com as inteligências dos alunos do ensino regular. Devido os conteúdos, serem de processamento para uma compreensão racional, o estudo da ação comunicativa de Habermas, auxilia em conduzir as possibilidades mais eficazes para o uso didático da fala em relação aos conteúdos mais elementares das ciências em geral. Nesse estudo, ao racionalizar os acordos comunicativos, constituindo estruturas que evidenciam caminhos para a veracidade, é perceptível a importância de organizar a fala coletiva entre docentes e discentes. Na ordem comunicativa, os estudantes precisam mais do que absorver conteúdos, mas devem agir e reagir diretamente com o conhecimento proposto: descobrindo, contribuindo e constituindo a trajetória em prol dos resultados. Assim, modelos habermesianos serão adaptados como forma de orientações técnicas, partindo das análises dos professores que contribuiram com essa pesquisa, assim como contrapondo com os estratagemas erísticos investigados na filosofia de Schopenhauer. O uso da fala de forma apropriada, aliado às teorias didáticas e conduzidas segundo os modelos habermesianos, é a base para uma tentativa de fundamentar uma pedagogia da ação comunicativa. Afinal, esse trabalho terá como finalização um produto educacional que oriente, em forma de E-book, modelos pedagógicos de ações comunicativas e idealidades racionalizáveis para conduzir tanto a fala como o pensamento sobre a comunicação em sala de aula. Evitando aspectos erísticos que podem nublar, negativizar ou distorcer os fatos, as intenções e validade das ideias. Esse estudo abarca teorias da ação comunicativa, servindo de orientação a docentes que pretendem agregar novas perspectivas em suas ações didáticas.

Palavras-chave: Comunicação. Razão. Erística. Verdade. Pedagogia.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Modelos da Pedagogia do Agir Comunicativo	13
1.1 <i>Clareza dos Fins</i>	15
1.2 <i>Consenso Normativo</i>	17
1.3 <i>Atuação Identitária</i>	19
1.4 <i>Razão Dialógica</i>	21
1.5 <i>Estratégias Didático Comunicativas</i>	23
2. Modelos da Idealidade do Agir Comunicativo	24
2.1 <i>Procedimento de Usufruto</i>	27
2.2 <i>Procedimento de Adaptação</i>	28
2.3 <i>Procedimento e Concentração</i>	29
2.4 <i>Desvio de Comoção</i>	30
2.5 <i>Desvio de Cognição</i>	31
2.6 <i>Desvio de Aplicação</i>	32

INTRODUÇÃO

O agir comunicativo é de reflexivo e pragmático do uso racional da comunicação, baseando-se nos modos racionais que Habermas constrói em sua obra, e antagonizando com os itens mais utilizados pelo uso, muitas vezes, equivocado da comunicação. A relação sujeito e sujeito é, ao mesmo tempo, o objeto a ser mencionado nessa pesquisa que professores voluntários contribuíram, já que, mesmo como teoria, o agir comunicativo é uma relação entre pessoas em prol do conhecimento, da verdade e da validade dos argumentos, e, justamente, devido a isso, a forma da comunicação precisa ser elucidada para que se discorra da forma mais promissora.

Visando a esse objetivo, as sugestões de como direcionar a comunicação entre os envolvidos no processo, serão montadas para termos mais práticos, elucidativos e resumidos nesse produto. O E-book, como uma proposta de orientação pedagógica, será aquilo que normalmente é percebido no cotidiano da comunicação, para que isso possa se romper e, em seguida, servir de parâmetro de reflexão a certas resistências cognitivas, e/ou abrir as possibilidades dos potenciais que capacitam ao envolvimento com o conhecimento em coletividade, pautado em critérios racionais e com consciência ética.

No formato *e-book*, esse material propõe sugestões que servirão para orientar os professores a praticarem os modelos de ações do agir comunicativo de Habermas, a serem conduzidos didaticamente através das conversações com os conteúdos, de forma que seja possível os discentes participarem e se adaptem aos raciocínios com foco, autonomia e espontaneidade. Esses modelos terão maior ênfase no pragmatismo do agir comunicativo, voltados aos objetivos didáticos pedagógicos. Diferente da idealidade, que tem uma estrutura mais abstrata e autorreflexiva.

Do entendimento sobre idealidade, o intelecto é direcionado com metodologias abstratas, demonstrando como argumentos erísticos podem ser desconstruídos. Também se baseando nos próprios exemplos do cotidiano das salas de aula, e graças a participação dos professores nesse trabalho, auxiliaram em elucidar como as falas ocorrem durante o processo ensino-aprendizagem. Somados com as respostas, esses profissionais contribuíram para a concretização parcial dessa reflexão, pois é um estudo em constante movimento. Esse material de orientação, propõe certas “técnicas” “apropriadas” do usufruto da teoria do agir comunicativo. Racionalizar e idealidade, são atributos para estabelecer parâmetros comunicativos que fundamentam o andamento, a adaptação e objetivos que intentam alcançar.

1. Dos Modelos da Pedagogia do Agir Comunicativo

Agir comunicativamente baseado nos critérios da racionalidade, e inclusive da ética, é passível de fundamentação, assim como é possível praticar através de dinâmicas, debates etc.

Exteriorizações racionais, em virtude da possibilidade de serem criticadas, são também *passíveis de correção*: podemos corrigir tentativas malsucedidas quando logramos identificar erros que tenham passado despercebidos. O conceito de fundamentação está intimamente ligado ao *aprendizado* (HABERMAS, 2020, p. 489).

Ao racionalizar uma comunicação, o funcionamento dos modelos habermesianos auxiliam para afunilar e determinar certos parâmetros que podem ser benéficos no alcance de uma proposta pedagógica. Para que o diálogo didático não se desvie por discursos dogmáticos, erísticos e unilaterais, essa proposta tende a dar maior amadurecimento na construção do conhecimento, mesmo não sendo muito comum em hábitos comunicativos tradicionais. Quando se inicia uma interação, um contato social, geralmente são as ideologias da comunicação falada, fincadas culturalmente, que constituem os critérios para interagir, e se relacionar, durante os diálogos em seus devidos contextos sociais.

As formas comunicativas tendem a se acostumarem com certas artimanhas argumentativas, afastando possibilidades mais promissoras de construção de ideias mais coesas e consensuais. Como também é típico que, na esperança de atacar certas opiniões argumentadas, se use de certas estratégias erísticas que acabam por fazer prevalecer o senso comum. Assim, se cria, fortalece, as zonas de conforto que deixam parte dos envolvidos em relativa “vantagem” no confronto de opiniões, exaltando possíveis ações soberbas em relação aos assuntos em pauta.

Partindo disso, pode acarretar prejuízos quando afeta os espaços em salas de aula, criando hábitos que distanciem o corpo educacional da preocupação com a verdade, a validade e o processo do entendimento, gerando ações de indiferença em relação àquilo que o outro e a relação podem evidenciar como conhecimento.

Esses modelos, são constituídos a partir do que Habermas classifica como ações: teleológica, segundo normas, dramatúrgica, comunicativa e estratégica. Essas ações serão as bases para configurar os meios que possam ser empregados em didáticas. Porém, a ação estratégica, não tem um aspecto ético comunicativo, mas será colocada como forma objetiva de direcionar a comunicação, para não haver desvio da idealidade. Partindo desses modelos, será proposto, modelos da teoria do agir comunicativo. Esses modelos são: *clareza dos fins, consenso normativo, atuação identitária, razão dialógica e estratégias didático comunicativas*.

1.1 A Clareza dos Fins se faz referência, em especial, com o “**Agir Teleológico**” habermesiano, parte em primeira instância do professor, e os fins que este pretende alcançar, mas que deve ser colocado em pauta para que os alunos possam ter uma clareza do objetivo a ser alcançado. Veja bem que esse objetivo é para direcionar a finalidade que os participantes da comunicação devem ter consciência, o que não quer dizer que o processo que levará a isso é absoluto. A clareza dos fins serve para não haver mudança do resultado de onde se quer chegar, mas pode haver caminhos e desvios que as divagações podem, espontaneamente, conduzir, desde que não distorçam, desviem ou camuflam verdades, validades e dados. Assim como Habermas retrata em sua obra o seguinte

O conceito de agir teleológico está no centro da teoria filosófica da ação. [...]. O conceito central é o da *decisão* entre diversas alternativas, voltada à realização de um propósito, derivada de máximas e apoiada em uma interpretação da situação. (HABERMAS, 2019, p. 163).

É fundamental que alunos participem da proposta da aula, e para isso é fundamental eles participem comunicativamente. Quando isso ocorre, vale lembrar da importância da clareza do fato, da teoria ou do conceito que está sendo investigado. Como começar uma comunicação racional sobre a Ditadura Militar no Brasil, se alunos afirmam que nunca houve Ditadura no Brasil? Se eles afirmam, eles não estão abertos a outra perspectiva. Enquanto não resolver o esclarecimento do fato e do conceito sobre ditadura, não há como começar um agir comunicativo que adentra o porquê, as consequências, os efeitos e possíveis interpretações críticas sobre esse momento histórico.

Cabe ao professor destacar essa preocupação com os alunos, pois caso contrário haverá travamento na aceitação do conteúdo. Isso afeta a produção, a participação e o alcance do entendimento, pois gerou um freio cognitivo nos alunos. Por isso, uma imposição como autoridade em sala de aula dificilmente desarma os alunos, o mais comum seria eles travarem mais. Talvez com uma dinâmica, uma ficção ou uma sala de aula invertida, onde esses alunos expõem seus pontos de vista, argumentando e demonstrando ideias, pode gerar uma abertura para evidência da situação a ser estudada. Inclusive, o professor pode observar e explorar aquilo que os alunos apreciam falar em conjunto, adaptando isso a uma forma de retratar uma comparação desses elementos com a clareza desses fins. Ou seja,

[...] agir teleológico pressupõe relações entre um ator e um mundo de estados de coisas. Esse mundo objetivo é definido como conjunto dos estados de coisas que subsistem ou passam a existir, ou que podem ser criados por meio de intervenções voltadas a esse fim. (HABERMAS, 2019, p. 167).

Pelo agir teleológico, os objetivos são fundamentais, mas a linguagem é proeminente, destacada e volúvel. Alcançar certos fins necessita pousar no núcleo das necessidades linguísticas expressivas, e fazer dela a carruagem que levará ao produto que se quer alcançar. Mesmo com os impulsos, a impaciência e aceleratividade dos alunos, é possível frear e centralizar a discussão com ênfase naquilo que é o foco do propósito. Ou seja, agir com clareza.

O modelo teleológico de ação aborda a linguagem como um entre muitos *media* com os quais falantes orientados pelo próprio êxito atuam uns sobre os outros, determinados falantes têm, assim, o intuito de ensejar que seus adversários formem ou apreendam opiniões ou intenções que eles mesmos, os falantes, tenham almejado de acordo com interesses próprios. (HABERMAS, 2019, p. 182).

A proposta em relação a clareza dos fins, é primeiramente uma abordagem autorreguladora, pois visa uma percepção do professor perante o exposto que a realidade remete. Alunos podem ter essa mesma percepção e contribuir com o processo, desde que saibam como conduzir a linguagem adequada. Conhecer esses alunos e, de certa forma, orientá-los, sem força-los ou responsabilizá-los, para os interesses didáticos, auxilia muito na validação dos fins almejados.

Visto que a linguagem precisa ser construída, com paciência e perseverança, pois não é um processo abrupto e rápido. Educação não é uma competição ou uma corrida, mesmo que o sistema force essa perspectiva. Quando estiver bem consolidada, a linguagem fluirá naturalmente e sem represálias, o que não quer dizer que será de forma absoluta e cem por cento aceita pelo corpo discente. Aqui, o estudo é inclinado ao agir comunicativo, e assim, uma ação não se envereda pelos fomentos institucionais, cuja a estruturação se consolida coercitivamente.

Estruturas geradas operativamente, consideradas por si mesmas, podem ser julgadas como mais ou menos corretas, conformes com a regra ou bem formadas; porém, não são como as ações, que estão acessíveis a uma crítica sob pontos de vista da verdade, eficiência, correção ou veracidade; pois é só como infraestrutura de outras ações que elas ganham uma referência ao mundo. (HABERMAS, 2019, p. 189).

No âmbito de um processo ensino aprendizagem, o professor tem as normas institucionais, o que é de fato notório, no entanto, esta lida com material humano em desenvolvimento cognitivo, emocional e moral. Alunos tem reações subjetivas e inesperadas, e a linguagem comunicativa de um professor não se constrói institucionalmente, mas, como Habermas evidencia, é um construto sociocultural interativo. Ou seja, “todo processo de entendimento acontece ante o pano de fundo de um pré-entendimento exercitado culturalmente.” (HABERMAS, 2019, p. 193).

1.2 Já na proposta de um **Consenso Normativo**, que se envereda nos padrões comportamentalistas comunicativos, funciona quando as normas, ou regras, da conversação são elucidadas e decididas coletivamente. Essas normas podem ser evidenciadas a cada aula, mas que também podem ser consolidadas a médio e longo prazo, para o processo de entendimento dos conteúdos anualmente propostos. Acordos coletivos favorecem hábitos razoáveis para direcionar os temas, e, inclusive, diminuir linguagens debochadas, agressivas ou preconceituosas. Como o consenso normativo é fundamentado no modelo que Habermas chama de “ação segundo normas”, é indispensável os critérios de seriedade, respeitabilidade e compromisso com os agrupamentos inseridos no processo do agir comunicativo.

O conceito central de cumprimento da norma significa a satisfação de uma expectativa de comportamento generalizada. A expectativa de comportamento generalizada. A expectativa de comportamento não tem o sentido cognitivo da expectativa de um acontecimento prognosticado, mas o sentido normativo de que o partícipe goze do direito à expectativa de um comportamento. Esse modelo normativo da ação subjaz à teoria dos papéis. (HABERMAS, 2019, p. 164).

Uma pedagogia do agir comunicativo, enquanto teoria, se conduz através das firmes convicções normativas, desde que sejam alertadas por todos. Assim, todos devem estar conscientes do pragmatismo dessas normas. Ao levantar uma norma que estabeleça uma lista organizada, por ordem, deixando claro quem deve falar em tal momento e quanto tempo de fala essa pessoa tem. Tanto as pessoas como os mediadores devem garantir a seriedade, o respeito e o compromisso com essa norma. Normalmente, isso não ocorre facilmente, requer repetição e tentativas de diálogos para fortalecer o agir da norma decidida pelo coletivo.

Muitas culturas influenciam os indivíduos a obedecer, com maior facilidade, certas regras por conta da posição de autoridades que espaços sociais se acostumaram ter, mas quando as normas são constituídas por todos, é comum os envolvidos tenderem a não levar tão a sério. Assim, o professor terá que perseverar em sua mediação com o agir comunicativo, para que se concretize as normas como princípio razoável da ação, e não como algo mecânico e inconsciente. É necessário que todos observem se as normas estão em ação, e lembrem uns aos outros do que pode ou não pode, evitando o distanciamento e o deslocamento da proposta. Acordos estabelecidos só tem validade quando as ações sociais constantemente evidenciam.

O conceito de agir regulado por normas não se refere ao comportamento de um ator, em princípio solitário, que encontra outros atores no entorno, mas a membros de um grupo social, que orientam seu agir segundo valores em comum. O ator individual segue uma norma (ou colide com ela), tão logo as condições se apresentem em uma dada situação na qual se possa empregá-las. As normas expressam o comum acordo subsistente em um grupo social. (HABERMAS, 2019, p. 164).

A norma não é uma forma de relação de poder, mas de administrar os interesses grupais em prol do equilíbrio das ideias e como elas são ouvidas e difundidas. Por isso, ela deve ser observada não apenas na prática, mas como está sendo aceita, e quais efeitos estão sendo distorcidos ou distantes da proposta inicial. Muitas ideologias fazem acreditar que o ato de estudar serve para ser alguém maior do que os outros, e isso influencia vários jovens a quererem estar à frente de outros. No processo comunicativo, isso pode ocorrer quando algumas pessoas transformam uma comunicação em monólogo, ou seja, monopolizam as conversações para que girem em torno de ideias unilaterais. O professor precisa alertar sobre isso e estabelecer opções para redirecionar os caminhos do agir comunicativo.

O conceito central de cumprimento da norma significa a satisfação de uma expectativa de comportamento generalizada. A expectativa de comportamento não tem o sentido cognitivo da expectativa de um acontecimento prognosticado, mas o sentido normativo de que o partícipe goze do direito à expectativa de um comportamento. Esse modelo normativo da ação subjaz à teoria dos papéis. (HABERMAS, 2019, p. 164).

O direcionamento dessas normas, que recai principalmente nas ações do professor, deve sempre ser administrado subjetivamente, para que não angustie os envolvidos ao se sentirem limitados e presos a um relativo agir reacionário. Ao estabelecer normas para a comunicação, é viável considerar aspectos elementares da turma como: os impulsos que levam a cortar a fala de outros colegas sem, por exemplo, levantar o braço; alunos que falam baixo ou de forma acelerada; criar formas de orientar os alunos para que o tom de voz, e o semblante, não expresse agressividade com os demais colegas (principalmente quando há discordância); tem pessoas que pensam rápido e expressam suas ideias de forma precisa, porém, existem aqueles que pensam devagar e precisam de certo tempo para organizar e expor a fala.

Quando ocorrerem aspectos como esses, cabe ao professor equilibrar essas ações de alguma forma, como por exemplo fazer sutis intervenções para acalmar, focar e assegurar a qualidade da fala dos alunos. Esse modelo faz com que certos valores sejam experimentados na ordem prática do processo ensino – aprendizagem, e, quando bem conduzidos, satisfaz o mesmo processo através dos resultados constituídos. Assim, é razoável expressar esses resultados como fator motivacional, para assim ficarem mais enraizados na organização das comunicações.

[...] o modelo de ação passa a vincular-se a um modelo de aprendizagem da internalização dos valores. De acordo com esse modelo, as normas vigentes adquirem força motivadora de ação na mesma medida em que os valores nelas corporificados representam os padrões segundo os quais se interpretam as carências no círculo dos destinatários da norma, e segundo os quais elas se transformam em posicionamentos de carência ao longo de processos de aprendizagem. (HABERMAS, 2019, p. 172).

1.3 A Atuação Identitária é baseada no formato do modelo dramatúrgico habermesiano. Esse modelo caracteriza a importância de uma identidade coletiva, embora não determine a ausência de identidades individuais, já que o agir comunicativo considera os fundamentos da linguagem direcionado em prol da formação de uma identidade social. Essa identidade se externaliza filtrando o que emana dos fatores internalizados do indivíduo, dando uma forma mais adequada para quem recebe a informação.

O conceito do agir comunicativo não se refere primeiramente ao ator solitário, nem ao membro de um grupo social, mas aos participantes de uma interação que constituem uns para os outros um público a cujos olhos eles se apresentam. O ator suscita em seu público uma determinada imagem, uma impressão de si mesmo, ao desvelar sua subjetividade em maior ou menor medida. (HABERMAS, 2019, p. 165).

Nesse modelo se reflete não apenas a identidade eleita para aquele trabalho comunicativo, mas a forma como se deve agir perante essa identidade. É só observar a forma como o público está reagindo à fala, logo perceberá se os ouvintes estão sendo recíprocos ao que está sendo dito. Se não houver essa reciprocidade, se deve pensar não apenas o uso argumentativo das palavras, mas também como está sendo dito. Ou seja, como o semblante está se expressando, a entonação da voz, os questionamentos provocativos que trazem o aluno para a aula, os exemplos viáveis relacionados a realidade do público inserido nessa conversação etc.

Atuar com uma identidade dentro do processo ensino aprendizagem, requer observação constante, tanto do público como de si mesmo. Refletir, quando possível, os resultados das interações comunicativas, é uma forma de melhorar a atuação comunicativa em relação a realidade estudantil, desenvolvendo e fortalecendo a identidade ideal que deve ser concretizada ao longo do processo. Aprender com os equívocos da comunicação e evoluir conforme as adaptações benéficas que cada experiência em aula pode fornecer.

No agir dramatúrgico o ator, ao apresentar uma visão de si mesmo, tem de se relacionar com seu próprio mundo subjetivo. Defini este mundo como a totalidade das vivências subjetivas, à qual o ator tem um acesso privilegiado em comparação com o de outros. Esse campo da subjetividade só merece a designação “mundo” se o significado do mundo subjetivo puder ser explicitado de maneira semelhante àquela pela qual explanei o significado de mundo social com referência a um subsistir de normas análogo ao existir dos estados de coisas. (HABERMAS, 2019, p. 176).

Como dito, a atuação identitária é uma proposta que não elimina características pessoais, mas que contribui para investigar a melhor forma de usar os atributos da personalidade em prol de uma identidade socioeducacional. Afinal, características intrínsecas da pessoa do professor não podem, e não devem, serem eliminadas, mas podem ser equilibradas razoavelmente.

Nem todos são extrovertidos, assim como nem todos são introvertidos. Nem todos são metódicos, assim como nem todos são impulsivos. Nem todos são sistemáticos, assim como nem todos são criativos. Nem todos são controladores, assim como nem todos são liberais. Cada professor, com suas características comunicativas marcantes, assim como os alunos, é necessário conduzir essas características de forma que some com a prática didático comunicativa. Esse modelo não seria sinônimo de mascaramento, falsidade ou conveniência para alcançar fins pessoais, mas um modelo que auxilie uma proximidade, e uma interatividade, racional comunicativa com os discentes.

Da mesma forma que é possível usar uma peça de teatro, uma poesia ou um vídeo para chamar a atenção dos alunos a um certo conteúdo, o professor atua com foco na atenção e interesse desses alunos. Com a reciprocidade pode acontecer, pelo agir dramaturgico, em uma aula, estimular alunos a participarem com mais tranquilidade e sem se sentirem pressionados.

No agir dramaturgico os partícipes fazem uso dessa circunstância e monitoram sua interação por meio da regulação do acesso recíproco à subjetividade própria. Portanto, o conceito central de *autorregulação* não significa um comportamento expressivo espontâneo, mas a estilização da expressão de vivências próprias, endereçada a espectadores. Esse modelo dramaturgico de ação serve em primeira linha a descrições da interação fenomenologicamente orientadas; até o momento, porém, ele não foi elaborado a ponto de constituir uma abordagem teoricamente generalizante. (HABERMAS, 2019, p. 165).

Assim, ao incorporar um personagem durante o processo ensino aprendizagem, o professor intenta conquistar uma identidade coletivista baseada na construção comunicativa ideal. Apesar de ser subjetivista essa proposta, não deixa de ser viável para o entendimento da capacidade, ou potencial, que os alunos muitas vezes não expressam em atividades e avaliações. A construção de uma concepção sobre a pedagogia do agir comunicativo, traz evidências empíricas que podem ser validadas em aulas, turmas e temáticas. Mesmo que os resultados não sejam apreciados em algumas experiências, ainda assim pode ser benéfico em outros espaços.

Sob o ponto de vista do agir dramaturgico, entendemos interação social como o encontro em que os participantes constituem, uns para os outros, um público visível. Aí, as encenações são recíprocas. “*Encounter*” e “*Performance*” são os conceitos-chaves. O espetáculo de um grupo diante de terceiros é apenas um caso especial. (HABERMAS, 2019, p. 175).

Portanto, Habermas parte de um princípio que reflete a qualidade das interações diretamente relacionadas às atuações recíprocas dos indivíduos envolvidos durante o agir comunicativo. Para isso, se configura a necessidade em pensar como atuar com o corpo discente, gerando uma conexão significativa com os conteúdos, o entendimento e a realidade.

1.4 Razão Dialógica, por sua vez, considera os aspectos do modelo do agir comunicativo, pois este é focado em certa intencionalidade situacional. Visa o entendimento de uma questão que se sustenta na perspectiva de dois ou mais envolvidos, ou de duas ou mais soluções possíveis, para alcançarem resultados, superações ou consensos racionalmente coletivos. Uma situação problema é posta em sala de aula e que precisa ser resolvida, mas também precisa que seja de forma conjunta e racional.

É possível que seja dada uma problemática já “superada” por algum campo de conhecimento, mas a intenção é conduzir os alunos para que resolvam segundo a própria ótica, construindo o próprio caminho até a resposta, dentro de suas condições intelectuais. O objetivo é fazer com que aprendizes participem do processo racional que auxilie o desvendar das ideias, mesmo que essas ideias já estejam, de certa forma, comprovadas em livros, faculdades, constituições, leis e artigos. O professor deve estimular para que seja atrativo e importante para o amadurecimento das inteligências, lembrando também da importância coletiva com a turma, através de uma comunicação filtrada para esse propósito.

O conceito de agir comunicativo por fim, refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações. O conceito central de interpretação refere-se em primeira linha à negociação de definições situacionais passíveis de consenso. Nesse modelo de ação a linguagem assume, como veremos, uma posição proeminente. (HABERMAS, 2019, p. 166).

No agir comunicativo a intersubjetividade faz parte do plano de ação coletiva, em prol de verdades que possam ser validadas pelos envolvidos na discussão. Na realidade educacional, esse agir, que aqui se coloca como razão dialógica, tem posição em destaque em um diálogo cuja a objetividade foca nessas verdades intersubjetivas. O limiar das verdades está em saber quando se deve avançar ou parar, para que outros momentos se possam valer de outras possibilidades de entendimento, procedimento e elucidação das antigas superações.

Como as áreas de conhecimento são divergentes em caminhos e critérios de pensamento, cabe aos envolvidos resolver as arestas, partindo desse modelo, e colocar em prática segundo as características de suas determinadas áreas e objetos de estudo. Por exemplo, no campo de exatas se propõe o desafio de se calcular certa distância, velocidade ou altura de dado objeto. Sem ajuda de fórmulas, os alunos precisam resolver a questão se comunicando uns com os outros, através de questionamentos e sugestões de raciocínio que eles mesmos se enveredam. Conforme o andar do processo, o professor pode interferir em alguns critérios que os alunos destacarem, orientando verbalmente as possibilidades de resoluções.

É óbvio que muitos professores já fizeram algo parecido, e com a experiência profissional já perceberam resultados promissores em relação a isso. A razão dialógica é um meio para auxiliar o alcance comunicativo mais elaborado desse tipo de aula. Como é comum o raciocínio ser indutivo (do particular para o geral) ou dedutivo (do geral para o particular), é necessário ao professor identificar qual desses caminhos está sendo usado por seus alunos. Tal como também, caso os alunos demonstrarem características dogmáticas ou céticas em relação a proposta, deve-se elucidar os possíveis caminhos racionais que estes devem seguir.

Se analisar uma aula de biológicas, que se usa da indução, e o desafio das turmas é encontrar uma possível solução para uma questão de saúde, de uma planta ou certo padrão entre os animais, lembre-se que resultados indutivos produzem conclusões aproximadas, mas não absolutas. Já esses caminhos comunicativos tendem a se diferenciar da área de exatas, que dedutivamente atingem verdades plenas. Ao perceber o raciocínio dado nas falas, o ceticismo pode ser abrangido, investigado e estimulado, pois gera questionamentos e embates.

Com o conceito de agir comunicativo, passa a ter vez o pressuposto adicional de um *medium linguístico* em que o referencial de mundo do ator reflete-se *como tal*. Nesse nível, de formação conceitual, a problemática da racionalidade, que antes só se constitua para o *cientista social*, passa a integrar a perspectiva do *próprio ator*. Precisamos aclarar em que sentido se introduz com isso o entendimento linguístico enquanto mecanismo de coordenação da ação. (HABERMAS, 2019, p. 182).

A razão dialógica se configura a partir da proposta e do objetivo que se pretende esclarecer. Os atores munidos desse esclarecimento, perfazem os caminhos conjuntamente de entrega, elucidação e subjetividade dos argumentos. Ou seja, linguagem é a ferramenta a ser utilizada, mas lembrando que essa ferramenta, quando usada equivocadamente, atrapalha a adaptação da racionalidade.

Ao orientar a razão dialógica, o professor identifica primeiramente quais os critérios de pensamento estão sendo colocados (indução, dedução, dogmatismo, ceticismo etc.), para direcionar apropriadamente os argumentos. Não é de interesse desvalidar qualquer um desses critérios, mas apenas destacar o objetivo que se quer alcançar, e que, devido ao objeto de estudo, um ou outro critério não leva a esse objetivo.

A experiência comunicativa é uma constante investigação sobre si e o outro, na ordem grupal de intencionalidades. Em um processo ensino aprendizagem, cabe sempre autorregular os parâmetros do pensamento e contribuir com os demais para que isso também ocorra. A instigação pelo conhecimento requer adaptação dos critérios de racionalidade, assim como apreender um conteúdo pela pesquisa pessoal, requer também ajustes de critérios de leitura.

1.5 Como já mencionado, o modelo estratégico será filtrado para **Estratégias Didático Comunicativas**, com fins didáticos e favoráveis ao processo ensino aprendizagem. Este modelo tem proximidade com as particularidades ideológicas, e relacionados a conveniência de pessoas e grupos. Assim, se mantém essa perspectiva particularizada, mas em conformidade aos interesses da didática e da conveniência educacional, mas não com intuito de estabelecer conquistas unilaterais, que não contribuem com os alcances de uma proposta pedagógica.

... podemos classificar o *agir teleológico* como conceito que pressupõe um mundo, a saber, o mundo objetivo. O mesmo vale para o conceito de *agir estratégico*. Aí tomamos como ponto de partida dois sujeitos que estejam agindo voltados a um fim e concretizem seus propósitos pela via da orientação segundo decisões de outros atores, e pela via da influência de outros atores. (HABERMAS, 2019, p. 168).

Por existir decisões e influências de outros personagens externos a comunicação do momento, é que o agir estratégico pode distanciar-se da preocupação com a verdade e a validade das argumentações. Para esse modelo, as estratégias didático comunicativas é uma proposta pedagógico racional, com objetivos de uma didática esclarecedora. Por ser fundamentado numa ação que, de certa forma, tem um preceito pejorativo na colocação intencional e individual, é de suma importância o direcionamento moral da proposta, sem se deixar levar por parcialidades.

O êxito da ação também é dependente de outros atores que se orientam cada qual segundo seu próprio êxito e se comportam cooperativamente apenas, na medida em que isso corresponda a seu cálculo egocêntrico das vantagens. (HABERMAS, 2019, p. 168).

As estratégias didático comunicativas tomam a própria didática como um ser com intenções. Essas intenções se encontram no bojo das necessidades educacionais que a realidade escolar vivencia. Assim, além da imparcialidade, um professor precisa ter uma leitura crítica construída pelo corpo docente, expondo com clareza todos os fatores que constituem a identidade e a realidade da escola. É uma forma de evidenciar as influências existentes, as regras que as ideologias constituem no âmbito das relações, os resultados conquistados, ou vindouros, assim como as sugestões estratégicas para lidar com essa realidade e suas problemáticas.

Sujeitos que agem de maneira estratégica, portanto, têm e estar muito bem equipados cognitivamente, a ponto de que para eles não possa haver somente objetos físicos no mundo, mas também sistemas ocupados em tomar decisões. Eles têm de ampliar seu aparato conceitual para o que pode ser o caso, mas não precisam de pressuposições *ontológicas* mais ricas. (HABERMAS, 2019, p. 169).

Nos contextos sociais, é comum que os diálogos sejam regidos pelo agir estratégico, pois as condutas sociais são inclinadas ao jogo dos processos que emanam da motivação em influenciar, manipular e transmitir ideias que possam ser consensuais.

2. Dos Modelos da Idealidade do Agir Comunicativo

Filtrando para um conjunto de critérios, onde a didática se utiliza da linguagem comunicativa, é possível colocar os modelos habermesianos em prol da pedagogia. Não há espaços coletivos que não haja, coincidentemente, padrões ideológicos enraizados, assim como, “na prática comunicativa, o ator, para chegar a definições de situações passíveis de consenso, serve-se da provisão de saber cultural válida.” (HABERMAS, 2019, p. 156).

Numa escola, ou qualquer lugar que procede o processo ensino aprendizagem, é de fato essencial compreender as “regras do jogo”, e para isso é vital ter uma leitura desse aparato, justamente por dar condições racionalmente mais elaboradas que aproxime o aluno dos conteúdos. A linguagem comunicativa, uma vez pensada didaticamente, acultura os aspectos da educação com o mundo dos alunos. Afinal,

Sob a pressão de tomar decisões em uma dada situação de ação, o leitor participa de interações com a intenção de coordenar as ações dos envolvidos por meio de um processo de entendimento mútuo, ou seja, mediante o emprego de um saber cultural comum. (HABERMAS, 2019, p. 168).

Ao destacar as questões básicas e intencionais dos temas inseridos em aula, o professor pode se valer de falas típicas da realidade que os alunos vivenciam, como estratégia para chamar o interesse dos participantes, assim como para ambientar o espaço, e, haver mais envolvimento, participação e espontaneidade dos alunos. Essa linguagem é de alcance do contexto cultural, local, assim como fatos típicos dessa mesma realidade. Filtrando o que é pertinente aos critérios didático comunicativos, o campo do saber tende a se fertilizar através da manutenção desses critérios.

Por ser um processo lento, é necessária uma observação constante em todo cenário, pois, dessa forma, a comunicação se naturaliza e a pretensão que os conteúdos pressupõem se enraízam no próprio interesse dos discentes. Quando o processo é acelerado, por algum motivo, se perde a natureza da espontaneidade comunicativa, e distancia os alunos do interesse e da verdadeira importância do conteúdo.

A tendência será, por exemplo, uma mera preocupação com a nota, mas não a apreensão significativa dos conteúdos. Não esquecendo que esses critérios se estabelecem em uma perspectiva diferente das demais propostas. Até por que, o agir estratégico se importa com a conquista, o êxito planejado, e deve ser colocado no processo ensino aprendizagem com ênfase na ética e imparcialidade.

... o modelo estratégico de ação *dá-se por satisfeito* com a explanação das características do agir imediatamente voltado ao êxito; os demais modelos de ação, por sua vez, especificam as condições sob as quais o ator persegue seus fins – condições de legitimidade, de autorrepresentação ou do comum acordo linguisticamente almejado, sob as quais o *alter* pode “juntar” suas ações às do *ego*. (HABERMAS, 2019, p. 195).

Ao se orientar por essas propostas, cabe uma interpretação crítica de cada profissional dentro da realidade e dos típicos problemas existentes. Alinhar as personalidades e necessidades de cada contexto escolar, evitando os condicionamentos que afetam a livre iniciativa, criatividade e criticidade. O agir comunicativo é um estudo de ordem aplicável a realidade, mas sujeito a adaptações conforme as dinâmicas que se movimentam e mudam.

O planejamento é essencial para isso, mas, no entanto, não é algo elaborado e escrito para sua coordenação. As propostas são pensadas em ações direcionadas ao coletivo, para uma sala de aula, e não precisam ser concretizadas conforme o que outros professores o fazem. O importante é saber alinhar os parâmetros pessoais com os parâmetros coletivos. As propostas, segundo o agir comunicativo, se direcionam pelas reflexões das pessoas as usam. Não há como prever os acontecimentos de uma aula e seus resultados, e assim, as propostas são fontes de correspondência entre o professor e os alunos.

Outro fator é a relação do conhecimento com os alunos, pois, apesar do professor ser a autoridade reconhecida e legítima durante todo o processo, vale lembrar que esse processo faz sentido quando se cria possibilidades experimentais para que os alunos participem ativamente da descoberta, ou construção, do conhecimento. Não se deixando render pelos mecanismos autoritários, hierárquicos ou dominantes que as ideologias promovem ao inconsciente coletivo. A partir das ideologias, há o formato construtivo dos dogmas, valores, das opiniões e das relações mantidas pelas gerações. Por isso a importância de utilizar os princípios da idealidade.

A idealidade segue, relativamente, um fluxo parecido das ideologias, mas com parâmetros dos princípios ético-morais na estrutura do compromisso com a verdade e a validade dos argumentos. Tal como racionalizar, atributo característicos das propostas do agir comunicativo, a idealidade é um construto de perspectivas abstratas que se complementam. Destarte, estabelecem-se coletivamente, e guiando-se a partir dos mesmos construtos.

O agir comunicativo constitui a forma e o hábito, interagindo racionalmente com a autonomia dos entes e com o pensamento conjunto. Manter a ordem razoável dos diálogos é fundamental para o processo ensino-aprendizagem, daí advêm o parâmetro da idealidade. A idealidade se constitui como abstração da forma como as ações comunicativas acontecem, e como elas interagem entre si. Assim,

Habermas faz questão de diferenciar duas formas de idealidade: a idealidade da universalidade do conceito, que coloca o problema de explicar de que maneira significados idênticos podem se manter na multiplicidade suas respectivas realizações linguísticas, e a idealidade da validade da verdade, que coloca o problema de explicar “como as pretensões de verdade, erguidas *hic et nunc* e estabelecidas mediante o reconhecimento ou a aceitação intersubjetivos, podem, ao mesmo tempo, ultrapassar os padrões aplicados em cada comunidade particular de intérpretes para tomadas de posição com sim e não” (SEGATTO, 2021, p. 46).

Partindo dessas idealidades habermesianas, os procedimentos a serem usados são estabelecidos como: *usufruto, adaptação, concentração, comoção, cognição e aplicação*. Os três primeiros têm relação com a primeira idealidade, donde se aproxima do princípio U, pois se constituem baseados em formas indutivas, por partirem de procedimentos particulares para se concluir algo em geral, conforme os objetivos dos contextos comunicativos. É o formato de parâmetros que servem de guias, conforme o consenso dos integrantes, para não haver perda do sentido e do foco durante o agir comunicativo.

Já a segunda forma de idealidade se diferencia dessa primeira, por ser mais inclinada ao princípio D. Nessa idealidade a organização do discurso sustenta uma norma que possa valer como fundamento primordial para gerar o processo comunicativo. Seria estabelecer racionalmente critérios de validade que possam ser aceitos e usados pelos envolvidos, para assim desenvolver parâmetros dedutivos, guiando-se por parâmetros gerais para constituir parâmetros particulares, de ação ético comunicativa.

“A idealidade que se projeta a partir da ação comunicativa é nada mais e nada menos do que a idealidade que emerge das próprias razões da linguagem, ou seja, dos seus pressupostos estruturantes” (BOUFLEUER, 1998, p. 51). Justamente por isso a idealidade é sustentada nos parâmetros U e D, e que as verdades intersubjetivas fluem para outros debates em outros contextos. Assim, a idealidade considera os fatos sociais emergidos culturalmente. Pois,

Quando eu falo de idealizações, não me refiro a ideias que o teórico erige contra a realidade tal qual é; eu apenas tenho em mente os conteúdos normativos encontráveis em nossas práticas, dos quais não podemos prescindir, porque a linguagem, junto com as idealizações que ela impõe aos falantes, é constitutiva para as formas de vida socioculturais. (HABERMAS apud BOUFLEUER, 2021, p. 52).

Durante o processo ensino aprendizagem, que ocorre inevitavelmente pelo agir comunicativo, precisa ser constantemente debatido para que as interpretações das identidades racionais sejam esclarecidas, e os resultados mais razoáveis. Os itens sugeridos contribuem para essas reflexões. Observe como esses itens podem, sugestivamente, serem correlacionados com a pedagogia do agir comunicativo.

2.1 No Procedimento de Usufruto, o professor já tem uma intencionalidade com os alunos e com o conteúdo a ser ministrado, ele deve usar algo que já esteja em comum acordo com a opinião dos alunos. Não é para manipular, mas para administrar o início, o meio e o fim da aula, sem correr riscos e sem se perder durante o processo, agregando, assim, os pressupostos que os alunos deveriam digerir. Isso é muito útil quando os conteúdos são de ordem subjetiva, o que ocorre bastante na área de humanas e biológicas.

Assim, o agir comunicativo é a forma de ação que tem o maior potencial para encadear processos de aprendizagem, tanto no nível individual quanto no nível coletivo. É por meio desse tipo de ação social que a racionalização da sociedade alcança seu nível mais avançado e que, portanto, a razão se manifesta na história. (BANNEL, 2013, p. 41).

Ao usar esse procedimento, a ideia é não deixar que os caminhos argumentativos desviem do foco da universalidade, que foi consensual. Jovens tendem a falar de questões que não condizem com o tema da aula, e por isso devem ser alertadas para que não haja fuga do princípio U. Ao usar o termo usufruto é com a intenção de esclarecimento, onde os conteúdos serão a propriedade usada em aula para alcançar um entendimento coletivo,

Veja bem que o caminho comunicativo é de ordem coletivista, e por ter a intenção de estabelecer uma ordem intersubjetiva com uma sala de aula, é necessário muita calma e paciência com o andamento desse procedimento. Direcionando, aos poucos, a importância de se autorregular mentalmente, na condição de focar nos conteúdos propostos sem se perder. Às vezes é razoável conduzir um grupo de estudantes em sala para influenciar os demais a cooperarem cognitivamente com o andamento da compreensão.

O ideal é iniciar com conceitos simplórios, que não causem muitos contrastes de interesses em aula. O que é comum quando a aula não interessa a alguns alunos, e estes tendem a tumultuar a partir de seus grupos. Assim, como podem agir por suas particularidades, sentimentos e ansiedade, para evitar o comprometimento com o que deve ser ensinado e apreendido. Não há fórmula infalível para isso, mas é necessário administrar os próprios pensamentos para alcançar uma linguagem que filtre essas questões com mais eficácia.

Sala de aula não se limita a uma aula, mas a uma convivência ao longo de pelo menos um ano letivo. Ao usufruir de certos conteúdos, o professor deve se atentar para a realidade socioeducacional da disciplina que ministra. Há uma diferença de realidade de uma área que se apresenta de três a cinco vezes na mesma turma, e outra que só aparece de uma a duas vezes por semana para os alunos. Assim como deve se verificar a realidade das ciências humanas para áreas como: exatas e/ou biológicas. É uma constante reflexão e não há pausas.

2.2 O Procedimento de Adaptação se baseia no dia a dia dos alunos e professores, por usarem termos, referências e história que difundem ideias e opiniões que não são parte da linguagem pedagógica a ser usada em aula, mas, de certa forma, podem ser adaptados aos interesses da comunicação racional. Se há uma história que não condiz com a proposta da aula, leve em consideração os aspectos da linguagem, do tempo, da reação dos colegas, para encontrar algo que possa ser dado como comparativo.

A linguagem faz parte do raciocínio das pessoas, e é inevitável os alunos usarem as deles quando se expressam, tiram suas dúvidas ou comentam características dos conteúdos. Manter a mente aberta para pensar como isso deve ser analisado e, principalmente, como isso pode ser usado a favor da proposta didática. Para isso, pode-se incentivar alguns alunos a contarem parte de suas histórias, seus objetivos e angústias. Isso auxilia muito na proximidade dos conceitos e teorias para com o corpo discente.

Uma aula também gira em torno da capacidade de captar a atenção dos alunos, de fazê-los se interessarem pela proposta e provocá-los a participação. Uma série, filme ou animação podem ser adaptados a muitos conteúdos, e oferecem condições e exemplos para construir conceitos, justificativas ou padrões de ideias que possam ser utilizados na compreensão dos conteúdos. Requer criatividade e observação, pois é importante conhecer a mente aluno.

É certo que muitas das interações do nosso dia a dia, como as que ocorrem em família, no trabalho e no lazer, também possuem um caráter educativo. Mas tais interações, embora possam obedecer a certos princípios coordenadores, não têm a característica das ações intencionais e planejadas de uma instituição educativa. Da escola esperam-se resultados bem definidos, como a aprendizagem da leitura e da escrita, bem como o domínio de uma série de conhecimentos classificados como escolares, que permitem ao indivíduo enfrentar a vida em sociedade. São as expectativas nela depositadas que exigem que sua ação se realize baseada num planejamento, numa tomada de decisões, numa articulação de esforços em vista de certos fins. (BOUFLEUER, 1998, p. 89).

Ao se adaptar a certas interações, não há nesse procedimento a ideia de autoanulação da identidade do docente. Como o trabalho é de ordem coletiva, é de notório saber que a comunicação sofrerá danos se não houver flexibilidade de ambos os lados para estabelecer um convívio educacional mais harmonioso. Sem equilíbrio é possível fortalecer os conflitos e intolerância em relação as propostas, ao proceder com adaptação a realidade, o professor estará fortalecendo as aberturas para as propostas de conteúdos.

Para o professor é necessário refletir essas questões constantemente, para assim, de forma criativa, gerar ideias que possam ser colocadas nos modelos da pedagogia do agir comunicativo. A idealidade serve como condutor mental daquilo que se observa.

2.3 Partindo do **Procedimento de Concentração**, é importante saber que o limite de tempo para focar em diálogos é algo comum no mundo globalizado e virtualizado pelas redes sociais, assim, às vezes fazer comentários que fogem do padrão para retomar essa concentração pode ser útil em sala de aula. É claro que a carga de conteúdo de cada disciplina não abre muito espaço e tempo para experimentar esse procedimento.

Subjacente à proposta de uma coordenação comunicativa das ações está a certeza de que podem ser obtidos níveis de interação cada vez mais participativos e democráticos. Isso porque no processo comunicativo há um esclarecimento recíproco acerca das motivações e razões que se fazem presentes nas decisões coletivas. Indivíduos e grupos têm o momento da afirmação de suas posições particulares que, no entanto, precisam ser negociadas com as posições dos demais para que o entendimento seja possível (BOUFLEUER, 1998, p. 97).

Ao concretizar as negociações, a memória exerce o trabalho de manter concentrado os acordos acordados para não haver desvios que distorçam o que foi programado. Por isso, ao destacar conteúdos que sejam primordiais para colocar esse procedimento em prática, pode ser significativo ao andamento do entendimento. Nesse procedimento, cabe a repetição de certas ideias fundamentais, a relação com imagens, o uso de alunos como exemplos dinâmicos de ideias propostas, a leitura de histórias que tenham personagens dialogando entre eles etc.

A retomada da concentração é viável quando o professor é maleável para induzir o agir comunicativo, usando de todas as ferramentas disposta em aula. Alunos tem histórias, piadas, vaidades, simbologias, apelidos, gírias etc. Sabendo filtrar, e mantendo a consciência ética, é possível usar o que eles têm a oferecer em planejamentos didático comunicativos.

Durante a aula é comum alguns dos estudantes querer estar mais visível, assim, fazem comentários descontextualizados e fora do foco didático. Reconfigurar esses momentos requer primeiramente tranquilidade com o que está acontecendo, evitando que a mente se distraia e se perca em emoções negativas. A raiva, frustração e ansiedade desfocam o eixo da aula. Por mais complicado que seja, pois o trabalho intenso do professor tem uma carga de stress que extravasa inclusive para outros lugares fora do ambiente escolar, é da realidade do docente aprender a lidar com fatores internos e externos para canalizar o centro das preocupações escolares.

Concentrar-se nos afazeres que a didática expõe, é o que a mente de um professor precisa centrar, mesmo quando o público não é passível para isso. Na função do docente não há como escolher o público a ser trabalhado, e faz parte dessa função lidar com as diversas personalidades que uma sala de aula acarreta. Para concentrar a mente naquilo que precisa ser feito é um exercício que requer tempo de maturação e sensibilidade, tal como a música ensina.

2.4 Naquilo chamado de **Desvio da Comoção**, é uma adequação da idealidade com os critérios da validade, mas também tem proximidade com as estratégias didático comunicativas, ou seja, com a ação estratégica. Justamente por ter proximidade com as individualidades e interesses dos envolvidos, precisa ser administrado. Essa relação com a validade é de cunho emotivo, visando o autocontrole das emoções para não haver exageros ou argumentos gerados pelo teor dos instintos.

Como o objetivo é uma trilha racional, é necessário saber conter ânimos e desregramentos para não desvirtuar o que realmente importa como objeto e objetivo. Até mesmo por ser comum usarem argumentos com carga emotiva para justificar e contra-argumentar: “E se fosse com sua filha, o que você sentiria? O que você faria?”.

Quando o argumento tem caráter emotivo, se limita a singularidade, ao que o ator sente em particular, e na ordem indutiva não cabe usar um interesse particular para justificar algo universal. No cerne das relações humanas é inevitável sentir sentimentos que antagonizam os princípios da racionalidade, e devido a isso, deve-se direcionar para que as pessoas ajam comunicativamente, administrando suas ênfases emotivas, evitando, principalmente, o estratagema 27 (Schopenhauer, 2011), que a erística se faz pelo ataque ao emocional.

Não se trata de anular os sentimentos, mas de transformá-los em impulsionadores para um desenvolvimento racional mais pleno. Principalmente, alunos que ao conhecer ou desconhecer certos conteúdos, podem gerar sensações de frustração, soberba, arrogância, empolgação ou vaidade, mas, em todos os casos, isso atrasa o agir comunicativo, por desviarem do entendimento racional coletivo.

Aqui, o critério de avaliação é a coerência entre os desejos e sentimentos expressados pelo agente e os padrões de valor compartilhados na sua cultura. Além disso, há a possibilidade de um descompasso entre a forma de expressar sua subjetividade e suas verdadeiras ações. Aprendizagem, nesse caso, se dá: pelo ajuste de nossos desejos e sentimentos aos padrões de valor da nossa cultura; pelo ajuste entre as maneiras de expressar esses aspectos de nossa natureza interior e as experiências internas que temos de fato, e pelo ajuste de nossas ações com os desejos e sentimentos que expressamos. (BANNEL, 2013, p. 39).

Em sala de aula, conteúdos podem afetar o lado emocional dos alunos, o que leva a ações de cunho provocativo para desestabilizar o lado emocional dos professores. O nível de dificuldade que isso carrega deve ser, possivelmente, um dos principais fatores que afetam a saúde dos docentes. Como não há muita preocupação em relação a essa questão, o professor é quem deve se preocupar em criar as estratégias que o mantém no controle da situação, sem se deixar perder em comoções que se voltam contra ele mesmo.

2.5 No entanto, o **Desvio da Cognição**, se depara com ideias propostas por aqueles que tentam gerar ideias mais inteligentes ao mecanismo, o que não é negativo, mas que devem ser inseridas de forma que não gere sensação de repressão ou insegurança em alguns. Conforme o estratagema 23 (Schopenhauer, 2021), quando se exagera numa afirmação para, propositadamente, desmerecer ou contra-argumentar a ideia original. O conhecimento válido é sempre bem-vindo e enriquece, mas este pode produzir coerções em volta de outros interessados, o que pode causar a perda do sentido primordial e elevar a outras intencionalidades, mesmo válidas, devido ao distanciamento da proposta central.

Casos assim, podem ser conduzidos com conversas em pequenos grupos, ou até mesmo particulares, para regular a conduta – não a ideia. O agir comunicativo é atributo de conduta – ação e reação – e implica não apenas na forma como as ideias são formadas, mas, principalmente, como elas são postas corporalmente em relação aos demais. Se o corpo se comunica, uma comunicação não escapa das possíveis interpretações que o corpo pode denunciar. Se houvesse aulas de teatro, essa disciplina ajudaria muito, pois auxiliaria em atos de cunho ilocucionário que requer embasamento no agir comunicativo.

Para Habermas, a noção de sucesso ilocucionário vai além da compreensão da expressão linguística para incluir o propósito de que o ouvinte aceita o enunciado como válido e assume obrigações relevantes para a sequência de interações. Sucesso ilocucionário, nesse sentido, consiste em um entendimento que tem um efeito coordenador: atos de fala têm o poder de coordenar a ação porque podem motivar, *racionalmente*, o ouvinte a entrar em uma relação com o falante; em uma ligação (*Bindung*). Quando um falante profere um ato de fala, ele levanta uma pretensão de validade que, se aceita pelo ouvinte, fundamenta um entendimento entre os dois. (BANNEL, 2013, p. 60).

O pensamento permanece firme na proposta comunicativa e não se deixa abalar pelas intervenções exageradas, ou irônicas perante os conteúdos. Basta se lembrar que conceitos, ou teorias, comprovados recentemente podem sofrer ares de deboche durante a explanação. Isso não é comum, pois confronta ideias majoritariamente aceitas pelo senso comum, e/ou outras autoridades intelectuais reconhecidas a certo tempo.

Principalmente quando o assunto requer uma discussão prévia, muitos alunos acreditam saber argumentar, mas, várias vezes, não percebem que mesmo que algo seja verdadeiro, é necessário saber o que é um argumento válido para se comprovar essa verdade. Principalmente por muitos estudantes não relacionarem raciocínios matemáticos com raciocínios linguísticos, o que traduz, de certa forma, o que se subtende como lógica. O ato de pensar e refletir essa realidade, requer do professor uma habilidade para manter a racionalidade caminhando na linha.

2.6 Por último há o **Desvio da Aplicação**, constituído pela relação comunicativa entre os temas e as aplicações paralelas de ideias, opiniões, exemplos, símbolos etc. Em termos de erística seria o item 22 (Schopenhauer, 2021), por inserir uma petição de princípio para romper o propósito do assunto e transformar em algo benéfico para um dos lados. Em relação a idealidade, a validade dessa aplicabilidade serve como base para fortalecer o entendimento das ideias em conjunto, esclarecendo com mais eficácia e propósito.

Principalmente quando os assuntos são mais complexos, ou polêmicos, aplicar certos exemplos é vital, pois auxilia muito no aprofundamento. No entanto, quando aplicado de forma equivocada, desvia a estrutura racional, causa confusões argumentativas e pode distorcer os principais conceitos sobre dado conteúdo. Conceitos se esclarecem por exemplos, assim como exemplos podem ser esclarecidos por conceitos. E nesse contexto, isso vale para todas as propostas dadas até aqui. Constituir parâmetros de pensamento comunicativo é algo arriscado e sem certezas específicas de resultados, já que a construção de uma comunicação não limita a resposta como “Sim” e “Não”, tal como se define “X” ou “Y”, mas a partir de referenciais.

Estabelece-se, dessa forma, um parâmetro para o diagnóstico de muitas das patologias no campo da educação. Patologias que, à luz de nossos referenciais, podem ser identificadas, por um lado, como “desvios” da comunicação, isto é, como situações em que a linguagem já não é utilizada para a busca do entendimento, mas para finalidades como o constrangimento, a imposição, a manipulação, etc., e por outro lado, como cerceamento dos espaços da ação comunicativa pelo avanço dos mecanismos sistêmicos de controle sobre âmbitos do mundo da vida. (BANNEL, 2013, p. 55).

É imaginável que todas as áreas tem conteúdos que causam efeitos pejorativos em sala de aula, pois afetam princípios morais, dogmáticos ou políticos. E por ser inevitável a ações comunicativas que distorçam a aplicação desses conteúdos, é de suma importância observar os influenciadores das ideias coletivas que as turmas reconhecem. Esses influenciadores não temem se manifestar e questionam os professores proferindo ideias que aparentam atingir o conteúdo, mas visa também atingir a competência do profissional, buscando desestabilizar a segurança cognitiva, ou criar uma imagem duvidosa sobre o que está ensinando.

Nesse desvio também ocorre a intencionalidade de proferir comentários dos alunos que classificam o professor como detentor das ideias dos conteúdos. Esse truque erístico é comum, mas para superar esse estratagema basta deixar claro os autores e as questões com suas devidas referências, seus diagnósticos ou de verificação de aprendizagem. A ética ensinada na filosofia, por exemplo, é refutada quando aspectos como a liberdade não são reconhecidos como princípios éticos, ou quando gera contrastes com a moral tradicional.